



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO**  
*Secretaria de Administração*

**LEI Nº 1811/2023**

**DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO DE PROFISSIONAIS PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

**SILVIA MARIA LASEK NUNES**, Prefeita Municipal de Minas do Leão,  
no uso de suas atribuições legais,

Faço saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Considerando a necessidade de manutenção dos serviços de atenção à saúde da comunidade local realizados nas unidades básicas do Município;

Considerando a conclusão do contrato de prestação de serviços com a COOPEME, cooperativa responsável pela execução dos serviços de atenção básica nas unidades sanitárias;

Considerando a urgência na adoção das medidas de contratação de pessoal para suprir a necessidade de profissionais da saúde, até a tramitação do processo de implementação definitiva da prestação dos serviços e

Considerando o disposto no art. 37, IX, da Constituição Federal, que autoriza o ente municipal a realizar contratos administrativos, de natureza temporária, por prazo determinado, encaminha o presente projeto de lei para apreciação e votação do Poder Legislativo Municipal.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO**  
*Secretaria de Administração*

Art. 1º Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, fica o Município autorizado a realizar contratação de pessoal na área da saúde por tempo determinado, nas condições e prazos previstos nesta Lei, para atendimento no Posto de Saúde - UBS Rosa Maria Oliboni Luiz, ESF – Estratégia de Saúde da família São Miguel, ESF – João Thadeu de Vargas Alves e ESF – Centro, na cidade de Minas do Leão – RS, alcançando a rede de Atenção Primária local.

Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público a manutenção e normalização da demanda na prestação de serviços públicos essenciais em saúde pública, em caráter de urgência, por prazo determinado.

§ 1º - A contratação de profissionais de saúde, autorizados por esta lei, para o suprimento temporário das necessidades emergenciais de atendimento à população local deverá ocorrer até a conclusão do processo para a contratação definitiva dos serviços destinados às unidades de atenção básica;

§ 2º - Os contratos terão vigência de 120 dias, podendo, caso a situação de anormalidade e excepcionalidade perdurar, ser renovados por igual período.

Art. 3º A autorização concedida por esta lei alcança os seguintes profissionais, carga horária e remuneração:

I – 01 médico clínico geral, carga horária de 60 horas semanais, com remuneração mensal de R\$ 40.951,68 (quarenta mil, novecentos e cinquenta e um reais e sessenta e oito centavos).

II – 01 médico clínico geral, carga horária de 48 horas semanais, com remuneração mensal de R\$ 32.761,34 (trinta e dois mil, setecentos e sessenta e um reais e trinta e quatro centavos).

III – 01 médico clínico geral, carga horária de 40 horas semanais, com remuneração mensal de R\$ 27.301,12 (vinte e sete mil, trezentos e um reais e doze centavos).



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO**  
*Secretaria de Administração*

IV – 01 médico ginecologista, carga horária de 10 horas semanais, com remuneração mensal de R\$ 6.825,28 (seis mil, oitocentos e vinte e cinco reais e vinte e oito centavos).

V – 01 médico pediatra, carga horária de 10 horas semanais, com remuneração mensal de R\$ 6.825,28 (seis mil, oitocentos e vinte e cinco reais e vinte e oito centavos).

VI – 02 dentistas, carga horária de 20 horas semanais, com remuneração mensal de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

VII – 06 enfermeiros alto padrão, carga horária de 40 horas semanais, com remuneração mensal de R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais).

VIII – 02 enfermeiros RT (responsável técnico), carga horária de 40 horas semanais, com remuneração mensal de R\$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais).

IX– 01 fonoaudiólogo, carga horária de 30 horas semanais, com remuneração mensal de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

X – 01 farmacêutica, carga horária de 30 horas semanais, com remuneração mensal de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Art. 4º O recrutamento do pessoal a ser contratado, nos termos desta Lei, deverá ser feito mediante o aproveitamento do pessoal que já presta os serviços nas unidades de atendimento básico, em vista da urgência.

Art. 5º As contratações serão feitas por tempo determinado e prorrogável por igual período desde que mantidos a necessidade, a urgência e a excepcional temporariedade.

Art. 6º As contratações somente poderão ser feitas com observância da dotação orçamentária específica, mediante prévia autorização do Chefe do Poder



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO**  
*Secretaria de Administração*

Executivo e declaração do ordenador de despesas de que há adequação orçamentária para sua realização.

Art. 7º Os contratados serão vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (Instituto Nacional do Seguro Social - INSS).

Art. 8º Os contratos temporários, de natureza administrativa determinados pela presente lei, poderão ser rescindidos por qualquer das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias.

Art. 9º O pessoal contratado nos termos desta Lei não poderá:

I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;

II – exercer atividade ou função diversa da prevista nesta lei e no contrato, sob pena de nulidade e ressarcimento dos valores pagos a qualquer título.

Parágrafo único - A inobservância do disposto neste artigo importará na rescisão do contrato, sem prejuízo da responsabilidade administrativa dos responsáveis.

Art. 10 As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos desta Lei serão apuradas mediante procedimento administrativo sumário, concluída no prazo de dez dias e assegurada a defesa verbal ou escrita.

Art. 11 O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações pelo término do prazo contratual.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS DO LEÃO**  
*Secretaria de Administração*

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL.**

**Em, 15 de março de 2023.**

**SILVIA MARIA LASEK NUNES**

**Prefeita Municipal**

**REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.**

**Em, 15 de março de 2023**

**EDILBERTO LAONI DA SILVA MACHADO**

**Secretário Municipal de Administração**